



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023		2024	2023
	(Reapresentado)			(Reapresentado)	
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.784.708	2.246.479	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	26.143	15.871
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.470.234	1.013.921	Empreiteiros e fornecedores	83.946	76.514
Estoques	19.688	23.627	Salários a pagar	4.125	4.710
Tributos a recuperar (Nota 14)	31.289	76.184	Passivo atuarial (Nota 19)	132.629	121.936
Outros	10.858	14.983	Tributos a recolher (Nota 14)	56.520	48.680
Total do ativo circulante	4.316.777	3.375.194	Parcelamentos tributários (Nota 15)	59.020	87.423
			Dividendos a pagar (Nota 20.c)	242.312	100.129
Não circulante			Provisões de encargos trabalhistas	136.242	146.173
Ativos financeiros concessões – ERJ (Nota 10)	3.028.465	3.086.459	Agência Reguladora – Agenersa	44.798	37.698
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16)	1.723.598	2.119.963	Adiantamento de Cliente - Teresópolis (Nota 01)	-	76.715
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	101.262	111.128	Outras contas a pagar	29.162	32.930
Contas a receber de clientes (Nota 8)	168.787	221.129	Total do passivo circulante	814.897	748.779
Contribuição social correntes e diferidos (Nota 17)	352.271	414.924			
Outros	18.829	18.886	Não circulante		
	5.393.212	5.972.489	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	573.825	392.947
			Parcelamentos tributários (Nota 15)	175.887	214.258
Intangível e Ativo de contrato (Nota 11)	4.648.697	4.449.919	Provisão para contingências (Nota 16)	3.349.709	3.636.710
Imobilizado (Nota 12)	90.612	70.794	Passivo atuarial (Nota 19)	2.873.279	3.218.796
	4.739.309	4.520.713	Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 9)	26.944	26.944
			Outras contas a pagar (Nota 18)	217.429	200.694
Total do ativo não circulante	10.132.521	10.493.202	Total do passivo não circulante	7.217.073	7.690.349
			Patrimônio líquido (Nota 20)		
			Capital social	4.027.560	3.727.174
			Reservas de lucros	2.460.839	1.887.506
			Outros resultados abrangentes	(71.071)	(185.412)
			Total do patrimônio líquido	6.417.328	5.429.268
Total do ativo	14.449.298	13.868.396	Total do passivo e do patrimônio líquido	14.449.298	13.868.396

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
	(Reapresentado)	
Receita operacional líquida (Nota 21)	3.251.402	3.199.564
Custo dos serviços prestados (Nota 22.a)	(1.540.369)	(1.745.497)
Lucro bruto	1.711.033	1.454.067
Receitas (despesas) operacionais		
Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 22.b)	197.148	63.434
Despesas comerciais (Nota 22.b)	(43.164)	(42.601)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22.c)	(587.164)	(516.649)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 24)	(650.456)	(995.024)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	627.397	(36.773)
Receitas financeiras (Nota 23.b)	608.073	680.385
Despesas financeiras (Nota 23.a)	(98.561)	(150.204)
Lucro antes da contribuição social	1.136.909	493.408
Contribuição social (Nota 17.a)	(116.651)	(39.430)
Lucro líquido do exercício	1.020.258	453.978
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias	629.071.608	629.071.608
Lucro líquido (básico e diluído) por ação (em reais) (Nota 20.b)	1,622	0,721

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31de dezembro de 2024 e2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Receitas		
Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto	3.377.802	3.324.617
Outras receitas	3.455	10.772
Provisão para perdas de créditos esperadas	197.148	63.434
	3.578.405	3.398.823
Insumos adquiridos de terceiros		
Material aplicado	(201.351)	(258.681)
	(876.181)	(991.626)
Perda e recuperação de valores ativos	305.048	(348.043)
	(772.484)	(1.598.350)
Valor adicionado bruto	2.805.921	1.800.473
Depreciações e amortizações		
Depreciações e amortizações	(153.788)	(137.345)
Valor adicionado líquido produzido	2.652.133	1.663.128
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	608.073	680.385
Valor adicionado total a distribuir	3.260.206	2.343.513
Pessoal e encargos	1.622.454	1.367.507
Remuneração direta	790.774	691.371
Benefícios	791.104	634.251
FGTS	40.576	41.885
Impostos, taxas e contribuições	454.831	326.510
Federais	449.778	324.603
Estaduais	3.990	892
Municipais	1.063	1.015
Remuneração de capitais de terceiros	162.663	195.518
Juros e variações cambiais	112.304	146.545
Aluguéis	50.359	48.973
Remuneração de capitais próprios	242.311	100.129
Dividendos	242.311	100.129
Lucros retidos	777.947	353.849
Distribuição do valor adicionado	3.260.206	2.343.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31de dezembro de 2024 e2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de Reavaliação	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Reapresentado)	3.035.162	13.964	185.312	1.925.993	-	784.095	-	5.944.526	
Ajustes de avaliação patrimonial									
Ganhos/(Perdas) atuariais	-	-	-	-	-	(869.107)	-	(869.107)	
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital (Nota 20.a)	692.012	(13.964)	-	(678.048)	-	-	-	-	
Realização da reserva de reavaliação (Nota 20.f)	-	-	-	-	100.400	(100.400)	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	453.978	453.978	
Reserva legal (Nota 20.e)	-	-	21.080	-	-	-	(21.080)	-	
Dividendos obrigatórios (Nota 20.c)	-	-	-	-	-	-	(100.129)	(100.129)	
Reserva de lucros (Nota 20.e)	-	-	-	332.769	-	-	(332.769)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	3.727.174	-	206.392	1.580.714	100.400	(185.412)	-	5.429.268	
Ajustes de avaliação patrimonial									
Ganhos/(Perdas) atuariais	-	-	-	-	-	210.113	-	210.113	
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital (Nota 20.a)	300.386	-	-	(300.386)	-	-	-	-	
Realização da reserva de reavaliação (Nota 20.f)	-	-	-	-	95.772	(95.772)	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.020.258	1.020.258	
Reserva legal (Nota 20.e)	-	-	51.013	-	-	-	(51.013)	-	
Dividendos obrigatórios (Nota 20.c)	-	-	-	-	-	-	(242.311)	(242.311)	
Reserva de lucros (Nota 20.e)	-	-	-	726.934	-	-	(726.934)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.027.560	-	257.405	2.007.262	196.172	(71.071)	-	6.417.328	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

21. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2024	2023
Serviço de fornecimento de água dos blocos 1, 2, 3 e 4 (a) (b)	3.080.312	2.967.119
Serviços de distribuição de água	297.490	357.498
Receita bruta de serviços	3.377.802	3.324.617
Tributos sobre faturamento	(126.400)	(125.053)
	3.251.402	3.199.564

(a) Conforme firmado nos contratos de interdependência entre a Cedae e as novas concessionárias, será efetuado o pagamento pelo fornecimento de água entregue até o término do quarto ano da concessão, o qual será faturado mensalmente. Atualmente, as concessionárias pagam o valor de R\$1,70/m3 de água e partir do quinto ano da concessão será pago o valor de R\$1,63/m3, sendo esses valores reajustados pelos índices e prazos aplicáveis. A Cedae deverá disponibilizar os volumes mínimos de água estipulados pela agência reguladora (Agenera) para cada bloco durante os 3 primeiros anos de concessão. Em até 60 dias antes do término estipulado para encerramento do terceiro ano da concessão, a concessionária enviará a Agenera o planejamento estimado de demanda de volume mínimo de água potável a ser fornecido pela CEDAE.

(b) Em julho de 2023 a CEDAE assinou o Termo de Compromisso originado da solicitação da Águas do Rio, concessionária do Bloco 4, junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando uma redução do valor das faturas a serem cobradas referentes ao faturamento da venda de água tratada. Essa solicitação, conforme justificativa da concessionária, deve-se por ter sido identificado um número substancial de usuários com tarifa social na área de concessão do Bloco 4, que segundo a concessionária, excedia o previsto no Edital de concessão, resultando em um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em acordo realizado entre governo do Estado e a Concessionária, com o aceite da CEDAE, formalizado através do Termo de Compromisso, houve a concordância no diferimento temporário do pagamento das faturas em 22% do valor total limitada pelo tempo necessário para que a agência reguladora realize os ajustes necessários na tarifa de água, a fim de manter o benefício da tarifa social para as 1.263.600 pessoas residentes na área de concessão do bloco 4. O ressarcimento dos valores diferidos, conforme termo de compromisso, é garantido pelo Estado do Rio de Janeiro.

22. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

a) Custo dos serviços prestados

	2024	2023
Energia Elétrica (*)	(397.044)	(553.877)
Custos com serviços de terceiros	(173.398)	(190.354)
Custos com pessoal	(584.869)	(588.103)
Custos com depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	(153.789)	(137.345)
Custos com material (**)	(218.237)	(274.901)
Créditos de Pasep e COFINS sobre depreciação	242	22
Outras	(13.274)	(939)
	(1.540.369)	(1.745.497)

(*) A primeira licitação para a compra de energia elétrica no mercado livre foi realizada no dia 1 de setembro de 2023, com a participação de seis empresas. A Lightcom, do Grupo Light, foi a vencedora dos dois lotes oferecidos: um da Estação de Tratamento de Água (ETA) Laranjal, em São Gonçalo; e outro da captação de água bruta de Imunana, em Itaboraí. O serviço foi iniciado em fevereiro de 2024, com duração até o fim de 2028.

(**) A redução é o resultado da implementação de tecnologia no monitoramento e na dosagem de produtos químicos e renegociações de preços em contratos já em andamento.

b) Despesas comerciais

	2024	2023
Despesas com serviços de terceiros	(20.830)	(21.753)
Despesas com pessoal	(19.093)	(20.661)
Despesas com material	(1.750)	(68)
Outras	(1.491)	(119)
	(43.164)	(42.601)
Reversão de prov. para perdas de crédito esperadas, líquida (Nota 8.1)	197.148	63.434

c) Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal	(286.293)	(292.081)
Despesas com serviços de terceiros	(202.392)	(157.212)
Despesas com material	(2.339)	(2.221)
Outras	(96.140)	(65.135)
	(587.164)	(516.649)

23. Resultado financeiro

a) Despesas financeiras

Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias
Outras

	2024	2023
	(34.270)	(39.927)
	(61.479)	(67.696)
	(390)	(38.457)
	(2.422)	(4.124)
	(98.561)	(150.204)

b) Receitas financeiras

Atualização monetária
Atualização monetária e Juros compensatórios ativo financeiro (Nota 10)
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 7)
Multas por impuntualidade
Juros auferidos
Descontos obtidos e bonificações

	2024	2023
	134.512	183.690
	178.832	157.934
	271.454	303.803
	2.600	2.465
	17.200	28.670
	3.475	3.823
	608.073	680.385

24. Outras despesas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais

Demais receitas operacionais
Reversão de provisões (i)
Recuperação de despesas judiciais

	2024	2023
	4.616	12.026
	9.026	93.621
	49.533	27.538
	63.175	133.185

Outras (despesas) operacionais

Constituição de provisão para contingências, líquida (Nota 16(b))
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 19)
Despesas fiscais
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida
Impairment concessão Teresópolis
Outras

	2024	2023
	(281.173)	(859.765)
	(293.719)	(228.138)
	(6.423)	(3.711)
	(59.781)	(19.097)
	(53.708)	(14.347)
	(18.827)	(3.151)
	(713.631)	(1.128.209)
	(650.456)	(995.024)

(i) A variação da rubrica de reversão de provisões refere-se a faturas de consumo de energia elétrica que foram provisionadas na devida competência e estornada em março/23.

25. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Riscos	Data vigência		2024	2023
	De	Até		
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	11/09/2024	11/09/2025	288.715	288.715
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	24/08/2024	24/08/2025	20.000	20.000

Aguinaldo Balon Diretor-Presidente	
Antonio Carlos dos Santos Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores	
Daniel Barbosa Okumura Diretor de Saneamento e Grande Operação	Marco Aurélio Damato Porto Diretor de Desenvolvimento das Cidades
Diogo Mentor de Mattos Rocha Diretor Jurídico	Humberto de Mello Filho Diretor Técnico e de Projetos
Renato Ferreira Coelho Assessor de Controladoria Contador - CRC-RJ089799/O-3	

PARECER DO CONSELHO FISCAL CEDAE Nº 001/2025

Senhores Acionistas,

- O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.
- Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. O referido Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 apresentam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia.
- Diante do exposto, este Conselho Fiscal aprova as contas da Companhia e opina no sentido de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2025.

LEONARDO DA SILVA MORAIS Presidente do Conselho Fiscal CPF nº. 052.450.977-88	LILIANE FIGUEIREDO DA SILVA Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 057.465.807-67	AROLD RODRIGUES GONÇALVES NETO Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 131.004.697-20	SERGIO ALMIR FERNANDES Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 011.383.407-15	FÁBIO TADEU NICOLOSI SERRÃO Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 090.242.178-65
---	--	---	---	--

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Nº. 001/2025

Em consonância com o disposto nas Legislações Federal e Estadual e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da CEDAE, o Comitê de Auditoria reuniu-se mensalmente, ordinária e extraordinariamente, totalizando 02 (duas) vezes por mês, no curso do ano de 2024, mantendo como foco principal a avaliação dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente e das áreas ligadas à Governança, notadamente Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos; o acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras; e, o assessoramento ao Conselho de Administração da CEDAE em outros assuntos considerados relevantes pelos Membros do Comitê ou por demanda específica do Conselho de Administração.

Em todas as atividades ligadas às áreas foco do Comitê de Auditoria observaram-se, no exercício de 2024, sensíveis melhorias, com efeitos positivos na qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos adotados na CEDAE.

Assim, fundamentado em suas avaliações e análises, considerando inclusive as reuniões realizadas até o mês de junho de 2025, e no relatório BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., empresa de auditoria independente responsável pela avaliação dos procedimentos contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras da CEDAE, bem como, considerando que os trabalhos de auditoria tiveram abrangência considerada suficiente para avaliar com segurança a qualidade e a transparência das referidas demonstrações, o Comitê de Auditoria propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2025.

Marcos Sampaio Fialho Presidente	Irineu dos Santos Membro	João Carlos Derzi Tupinambá Membro	Daniel Antunes de Azevedo Membro	Paulo Cesar Candido Werneck Membro
-------------------------------------	-----------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------------

DELIBERAÇÃO Nº. 001/2025

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como os Relatórios da Auditoria Externa BDO RCS, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2024, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2024 e, por seus Membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2025.

Sérgio Cabral de Sá Presidente					
Homero das Neves Freitas Filho Vice-Presidente	Aguinaldo Ballon Membro	Rodrigo Ratkus Abel Membro	Marcus Vinicius Fernandes Dias Membro	Antonio Carlos dos Santos Membro	Oswaldo Serrano de Oliveira Membro
Felipe de Melo Fonte Membro	Ricardo Lessa Carrazedo Membro		Jorge Luiz Ferreira Briard Membro Representante dos Empregados	Sinval de Oliveira Filho Membro Rep. Acionistas Minoritários	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em julho de 2020, foi iniciada investigação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos.

A operação Águas Claras ainda está em curso e neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos saldos do exercício anterior

Como parte das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.1, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 (01 de janeiro de 2023). Em nossa



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ativo intangível e ativo de contrato

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2024 nas rubricas de ativo intangível e ativo de contrato, o montante de R\$4.648.697 mil. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requerem que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como, ativo de contrato e ativo intangível da concessão. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, que são os gastos com obras em andamento vinculados a concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) avaliação quanto ao direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa e (iv) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e, ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, além da aderência ao “Novo Marco Legal do Saneamento Básico”, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram avaliação da estrutura, implementação e a avaliação e entendimento dos controles internos chave existentes relacionados à adição de infraestrutura, amortização de ativos intangíveis, administração e gerenciamento dos contratos de concessão. Aplicamos procedimentos de testes amostrais para verificação de documentação suporte de adições e de sua elegibilidade à capitalização. Avaliamos a transferência de ativos em construção para ativos em operação e avaliamos a aderência dos contratos de concessões à respectiva norma contábil. Efetuamos visitas às principais obras em andamento e questionamos seus responsáveis acerca da existência de indicativos. Com relação à aderência ao novo marco legal do Saneamento Básico, nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do entendimento da Administração para manter os investimentos como ativos intangíveis mediante reuniões e entrevistas com os responsáveis chave da Companhia a respeito do tema, em especial com os Assessores Jurídicos da Companhia, acerca da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios com os quais a Companhia mantinha contratos vencidos e passou a realizar a prestação de serviço direta.

Com base no resultado dos procedimentos acima, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento, mensuração e apresentação do ativo intangível e Ativo de Contrato, bem como a avaliação de indícios de perda nos contratos e dos potenciais impactos do novo marco do saneamento básico são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisão para contingências

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ R\$3.349.709 mil. Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e da Companhia, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial. Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram: i) Entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados; ii) obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos; iii) avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais; iv) avaliação da suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas aos Depósitos Judiciais e e Passivos Contingentes, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui o montante de R\$3.005.908 mil, relativo benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão no futuro pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 – Benefício pós–emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos decorrente a benefícios pós-emprego, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nestas premissas podem ter um impacto relevante sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, comparando as mesmas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Relativamente aos ativos dos Planos, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação em conjunto com especialistas sobre a avaliação efetuada desses ativos. Assim como a revisão da adequada divulgação nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas aos Benefícios Pós-Emprego, consideramos apropriadas os julgamentos e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2025



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 RJ 001837/F-4

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador - CRC 1 GO 014553/O-0 – RJ

